

RECURSO AO EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº CH25002-SEJUC

Junina Luar do Sertão <juninaluardosertaosobral@gmail.com> Para: celic@sobral.ce.gov.br

23 de julho de 2025 às 11:34

4287 Nº PROCESSO:

Prezados,

Conforme registrado em edital, segue imposição de recurso da etapa de habilitação.

Atenciosamente,

2 anexos



on-1236474311 - 683a074ecab7a - DECLARAÇÃO192295436217486334228303.pdf 4074K





ANEXO 07 - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO (ETAPA DE SELEÇÃO E ETAPA DE HABILITAÇÃO)

Nome da Entidade ou coletivo Cultural

JUNINA LUAR DO SERTÃO

À Comissão de Seleção,

Venho, por meio deste, apresentar recurso referente à inabilitação da candidatura da **Junina Luar do Sertão**, representada por **Nasion Sousa**, no âmbito do referido processo seletivo.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a inscrição foi realizada por pessoa física, representando o coletivo cultural Junina Luar do Sertão, conforme previsto no edital para coletivos sem constituição jurídica formal. A legitimidade da representação foi comprovada mediante ata de reunião e carta de representação assinada pelos membros do grupo, já anexadas à inscrição.

Destaca-se que a Junina Luar do Sertão não possui CNPJ próprio, sendo esta informação devidamente apresentada no ato da inscrição. A candidatura foi instruída com certificação emitida pelo Ministério da Cultura, que reconhece o grupo como Ponto de Cultura, mesmo sem personalidade jurídica constituída.

É importante esclarecer ainda que a Associação Comunitária que leva o nome da Junina Luar do Sertão não é a instituição jurídica responsável pela administração do coletivo Junina Luar do Sertão, mas sim uma entidade de base comunitária situada no mesmo bairro do grupo. A associação, embora parceira em determinadas ações, não responde administrativamente nem juridicamente pela quadrilha junina, não havendo, portanto, qualquer vínculo institucional formal entre as partes.

Cabe lembrar que, na fase de avaliação do mérito cultural, tais informações foram aceitas e validadas, sendo, inclusive, obrigatória a apresentação de carta de representação para coletivos sem CNPJ, o que confirma o correto enquadramento da candidatura.

Por fim, salienta-se que todos os documentos exigidos para pessoa física na fase de habilitação foram enviados conforme o edital, incluindo documentação civil, fiscal e comprobatória. A anulação da inscrição com base em um equívoco quanto à natureza jurídica da candidatura fere os princípios que regem a administração pública, como a legalidade, impessoalidade, razoabilidade e a garantia da ampla participação, especialmente no que tange ao incentivo à cultura popular.

Diante do exposto, **requer-se a revisão da decisão de anulação da inscrição**, com a consequente manutenção da candidatura da Junina Luar do Sertão, nos termos do edital e em respeito aos princípios administrativos que regem os certames públicos.

Termos em que peço deferimento.











Sobral - CE, 22 de julho de 2025.



Assinatura





